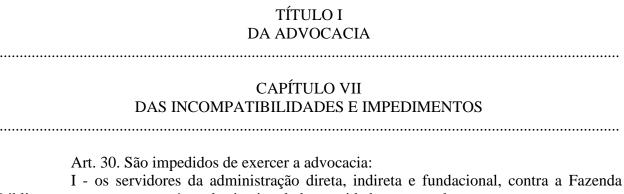
LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994

Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:



Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora;

II - os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.

Parágrafo único. Não se incluem nas hipóteses do inciso I os docentes dos cursos jurídicos.

CAPÍTULO VIII DA ÉTICA DO ADVOGADO

- Art. 31. O advogado deve proceder de forma que o torne merecedor de respeito e que contribua para o prestígio da classe e da advocacia.
- § 1º O advogado, no exercício da profissão, deve manter independência em qualquer circunstância.

| ξ | § 2° Nenhum | receio de desa | gradar a mag | istrado ou a | qualquer au | toridade, 1 | nem d |
|---------------|--------------|------------------|---|---|---|-------------|---|
| incorrer em i | impopularida | de, deve deter o | advogado no | exercício da | profissão. | | |
| ••••• | ••••• | ••••• | • | • | • | ••••• | • |
| | | | | | | | |